

## **Movimento social e movimento evangélico na "Ocupação do Glória", Uberlândia - MG**

**Claudia Wolff Swatowski<sup>1</sup>**

**Luciano Senna P Barbosa<sup>2</sup>**

Ao sinal dos fogos de artifícios, se anunciava, em dezembro de 2015, uma reunião na plenária da “Ocupação do Glória”, localizada na cidade de Uberlândia. Rapidamente moradores se reuniam em volta ao palco improvisado para ouvir as notícias trazidas pelo advogado da Comissão Pastoral da Terra (CTP): a presidência da República publicara o decreto autorizando a alienação da área ocupada, pertencente a Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mas sabia-se, pois este era o costume, que a reunião só começaria após a oração do Pai Nosso. Durante o restante do evento, entre gritos de ordem e músicas cantadas pelas lideranças do Movimento Sem Teto do Brasil (MSTB), e outros coletivos que se descreviam como de “esquerda”, moradores faziam intervenções, não raro mediadas pela leitura de passagens da Bíblia, apresentado a origem da “graça” alcançada – a intervenção divina –, e indicando os próximos passos a serem tomados na *luta*<sup>3</sup> pela moradia – como, por exemplo, a ampliação das orações.

Um episódio como esse pode embaralhar algumas discussões recentes que recolocam a relação entre política e religião como um problema, especialmente quando referidas à expansão da participação de políticos de confissão evangélica. Se a associação dos evangélicos a certo conservadorismo político não é nova – como demonstra a análise crítica dessa tese por Regina Novaes (1985) –, controvérsias recentes têm revigorado posições neste sentido. Mas em que pese à relevância dessas controvérsias para a discussão sobre os limites do princípio da laicidade do Estado, nosso foco aqui é outro: compreender que tipo de participação – digamos, na falta de um termo mais adequado nesse momento – “política” surge de uma leitura evangélica dos movimentos sociais pela moradia.

---

1 Professora Adjunta da Universidade Federal de Uberlândia.

2 Professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia.

3 Ao longo do texto, os termos grifados em itálico.

A atual pesquisa, que ainda se encontra nos seus primeiros estágios, procura entender o papel das igrejas de denominação pentecostal na composição do movimento pela moradia na “Ocupação do Glória”, em suas diferentes dimensões. Entre essas, a constituição de redes de relações que atraem novos moradores para a ocupação; a formulação de obras de assistência social (como por exemplo, a distribuição de alimentos, o transporte de doentes e atendimento psicológico), que auxiliam a permanência dos moradores na ocupação; a mobilização dos moradores para os protestos organizados pelo MSTB. Outra dimensão de atuação – lembrando que a divisão proposta é puramente heurística –, se refere ao aspecto doutrinário. As igrejas, em que pesem suas diferenças doutrinárias, permitem a ressignificação da figura moralmente condenável – na perspectiva da grande mídia, e de grande parte dos moradores dos bairros vizinhos – do “invasor” e o ato de “invadir”, estabelecendo assim uma importante condição de possibilidade do ato de ocupação do imóvel. No mesmo sentido, o movimento evangélico na “Ocupação do Glória” elabora uma linguagem – utilizada mesmo pelos não evangélicos –, em que o objetivo do movimento social (a extensão dos direitos sociais à população das periferias urbanas, especialmente, o direito à moradia) aparece entrelaçado a uma leitura evangélica. Neste sentido, por exemplo, a *luta* pela moradia envolve, indistintamente, a busca por direitos e o alcance de uma graça divina; ou se enquadra como elemento de uma batalha espiritual em curso.

Tendo em conta essas observações iniciais, propomos investigar as diferentes formas que o movimento evangélico se articula, se conforma, e gera o movimento pela moradia no acampamento do Glória, a partir de dois aspectos. Primeiro, daremos ênfase à organização do movimento pela moradia, e a relação que o MSTB mantém com os moradores da ocupação. Na segunda parte do texto, apresentaremos o cenário religioso local, examinando as formas como o discurso evangélico engendra uma concepção de participação no movimento social, a fim de contribuir para o debate acerca da leitura evangélica dos modos de vida nos espaços urbanos periféricos.

#### A emergência dos movimentos sociais pela moradia: recrutamento e dispersão

A cidade de Uberlândia, localizada na região do Triângulo Mineiro, experimentou um rápido crescimento a partir dos anos de 1960. Embora não venhamos a explorar esta história em todos os seus detalhes, o fato é que o acelerado

desenvolvimento econômico da cidade serviu como evidência para a narrativa de alguns cronistas, e políticos locais, ao celebrarem o projeto de transformação da cidade numa metrópole moderna no interior do país (ALEM, 1991). Nos dias atuais, Uberlândia conta com uma população de aproximadamente 700000 habitantes<sup>4</sup>, destacando-se como um polo nacional do agronegócio e do setor atacadista.

O crescimento populacional do centro urbano do município, motivado pela atração de imigrantes de diversas regiões do país, e a conseqüente valorização dos terrenos disponíveis para habitação, resultaria na emergência das ocupações “irregulares”<sup>5</sup>. Há registros dessas ocupações desde o fim dos anos de 1950, embora as primeiras ocupações de maior monta tenham se estabelecido na década seguinte.

A relação das ocupações com os poderes públicos locais levou a uma dinâmica semelhante à encontrada em outros centros urbanos do país. Assim como nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro, as ocupações “irregulares” – ou “favelas”, termo utilizado localmente por aqueles que censuram os “invasores” – tem sido alvo, simultaneamente, de políticas públicas de remoção forçada, regularização fundiária e urbanização. Atualmente, ao menos uma das regiões de Uberlândia concentra bairros cuja origem se encontra em antigos assentamentos “irregulares”.

Conforme uma das lideranças dos movimentos pela moradia da cidade, a partir dos anos 2000, ou mais especificamente, após o início do governo do presidente Lula (2003), houve um aumento no número de ocupações na cidade. Na atualidade, estima-se a existência de 25 ocupações urbanas em Uberlândia, variando em tamanho entre 20 a 2500 moradias, incluindo em seu total, aproximadamente 25 mil pessoas.

Parte das ocupações que surgiram nesse período são relativamente efêmeras, as mais antigas não possuindo mais do que cinco anos de existência. Esta condição transitória revela o caráter móvel dos acampados e das próprias ocupações. Não é raro encontrar aqueles moradores que traçam uma trajetória de circulação entre diferentes ocupações, e entre as ocupações e moradias “legalizadas”. Uma das razões para explicar essa trajetória são as frequentes ações reintegração de posse, quando parte da

---

4 Em 1950, a cidade de Uberlândia possuía 54.984 habitantes. Em 1970, a população havia dobrado, passando para 124.706 habitantes, e em 2000 o número de habitantes chegara a 501.214.

5 Ao longo do texto utilizaremos os termos ocupação e assentamento como sinônimos, tal como aparecem na narrativa de nossos interlocutores.

população despejada se vê forçada a se deslocar para outras ocupações, ou acabam formando novos assentamentos. Outros abandonam as ocupações, ainda que temporariamente, alegando a incapacidade de conviver com as dificuldades da vida de acampado: a falta recorrente de energia elétrica e água, as condições precárias do barraco, a distância para o local de trabalho, a ausência de comprovantes de endereço que lhe impossibilita o acesso à grande parte dos serviços de saúde, e a incerteza quanto a possibilidade de conquista do imóvel.

A mobilidade dessa população também se dá para além dos limites de Uberlândia. A grande parte dos acampados é migrante. Nas entrevistas que realizamos, é comum encontrar a narrativa em que a vinda para Uberlândia aparece como o resultado de uma trajetória composta pelo estabelecimento prévio em diferentes cidades. Encontramos casos em que o acampado já havia deixado Uberlândia, por mais de uma vez, na busca de outras oportunidades, mas, sem sucesso, retornara para uma ocupação na cidade. De todo modo, para os migrantes acampados, Uberlândia aparece como um polo de atração ao oferecer postos de emprego em abundância, um custo de vida menor do que o encontrado nas grandes metrópoles, e acesso a serviços de saúde e de educação.

O deslocamento de parte dessa população também ocorre entre a periferia da cidade e as zonas rurais de Uberlândia e de municípios vizinhos. Muitos acampados urbanos foram, em algum momento, acampados em um assentamento rural. Para alguns, o assentamento rural serviu como estadia transitória após um despejo. Além disso, são frequentes os casos de assentados urbanos mantendo relações familiares e de amizade com assentados rurais.

Não poderia se explicar essa ligação entre moradores de ocupações e assentamentos rurais sem mencionar a relação entre os movimentos pela reforma urbana e pela reforma agrária. Assim como em outras regiões do país (GOULART, 2011), os movimentos de reivindicação de moradia em Uberlândia receberam apoio em sua origem, e alguns ainda mantêm relações com movimentos sociais no campo.

Essa ligação serve também como chave de compreensão da forma de organização das ocupações, e, em parte, da nova disposição em ocupar terrenos no espaço urbano de Uberlândia nos últimos anos. As lideranças de movimentos sociais urbanos da cidade reconhecem que a forma de organização, o conhecimento dos trâmites legais e as estratégias originadas nos movimentos de trabalhadores rurais foram essenciais para a intensificação da mobilização pela reforma urbana.

Assim, se as ocupações se apresentam como uma realidade em Uberlândia desde os anos de 1950, a novidade a partir dos anos 2000 é a forma de organização particular gestada pelos movimentos sociais pela moradia. Para entender como esse processo ocorreu, e, especialmente, as formas de sociabilidade e as linhas de tensão entre os diferentes atores envolvidos numa ocupação, passaremos a abordar o caso da ocupação da Fazenda do Glória, a maior ocupação da cidade reunindo por volta de 2500 famílias, considerada como espécie de ponto culminante desse novo momento na cidade.

\*\*\*\*

O primeiro contato com a ocupação do Glória ocorreu em novembro de 2013. Havíamos sido convidados para conhecer o local, enquanto professores da UFU, por algumas lideranças do MSTB e membros da CPT. O interesse pela visita de representantes da universidade não era por acaso, uma vez que a área da Fazenda do Glória, ocupada em janeiro de 2012, é de propriedade da instituição. Como nos afirmara na época uma das lideranças do MSTB, a *luta* pela moradia começava pela conquista do apoio da comunidade acadêmica.

Embora este primeiro convite parecesse abrir as portas para a pesquisa, os contatos seguintes desmentiriam essa impressão. Logo aprendemos com as lideranças do movimento como o sigilo, e o controle das informações sobre a ocupação faziam parte da estratégia de *luta*. A desconfiança em relação a estranhos e autoridades era grande. Especialmente naquele momento (março de 2014) quando a principal liderança do MSTB até então, havia deixado a ocupação após ser acusado pelo homicídio de uma assentada. Temendo represálias, as novas lideranças relutavam em se identificar enquanto tais, e manter contato com os pesquisadores. Além disso, buscavam maneiras de controlar o nosso acesso ao local e aos moradores. Quando chegávamos ao *Glória*, por uma de suas únicas três entradas, e onde estava localizada a sede do MSTB, passávamos a ser observados em nossas caminhadas. Boa parte dos moradores relutava em falar, e quando pedíamos auxílio para as lideranças, elas nos apontavam alguns assentados, os quais, saberíamos posteriormente, já portavam uma narrativa acordada com o movimento. Soubemos também que toda pessoa abordada por nós era procurada pelas lideranças para saber quais eram nossos interesses.

Mesmo meses depois desse primeiro contato, e tendo a tensão em torno do ocorrido com a antiga liderança se dissipado, os contatos com o MSTB e, a partir deles,

com os moradores, continuaram difíceis e raros. Numa das poucas conversas que conseguimos estabelecer neste período, uma das coordenadoras<sup>6</sup> – tal como se identificam às lideranças do MSTB – justificou essa desconfiança alegando que a *luta* pela moradia dependia da transformação da imagem da ocupação frente a um público mais amplo. Nas suas palavras: “eles tem que ver que aqui tem um *bairro* e não uma *favela*”. De fato, os jornais televisionados locais serviam como um dos concorrentes da narrativa das lideranças frente aos moradores. Grande parte da mídia descrevia a ocupação do Glória como um problema a ser resolvido – a “favelização” – por meio do restabelecimento da ordem promovido pelas autoridades públicas, celebrando a atuação da polícia quando esta realiza despejos em outras ocupações. Ciosos em manter a esperança quanto ao sucesso da *luta*, os coordenadores entendiam que a cobertura crítica de grande parte da mídia sobre o *Glória* desmobilizava os moradores. Como afirmou um coordenador: “A televisão só fala do Glória quando acontece coisa ruim, quando aparece a polícia. Eles torcem pelo despejo”. Ainda conforme este coordenador, era corriqueiro o movimento de saída de assentados após notícias veiculadas nos telejornais sobre uma possível operação policial para cumprimento de ordem de reintegração de posse movida pela UFU.

A reação de desconfiança para com estranhos, ou em relação aos representantes de “autoridades” ligadas à negociação envolvendo o imóvel ocupado – a UFU, a polícia, a prefeitura, políticos em geral, membros da justiça – era compartilhada pelos assentados. Por diversas vezes, mesmo após mais de um ano de pesquisa, éramos abordados por moradores receosos por nossa presença no local. Parece haver duas razões para explicar essa reação. Primeiro, é a relação hostil dos moradores dos bairros vizinhos para com os assentados. As descrições de parte da mídia e de moradores de bairros vizinhos convergem no sentido de conceder certa externalidade aos assentados do Glória. É comum ouvir o relato de assentados sobre o que eles definem como a perseguição e humilhação de seus filhos nas escolas da região – “ficam dizendo que ele vai morar debaixo da ponte”. Ao conversarmos com os moradores dos bairros vizinhos – nesta que é uma região periférica e reconhecida como pobre da cidade –, a imagem construída da ocupação do Glória nos surpreendia, dado o conhecimento do cotidiano local que tínhamos à época. Os moradores de bairros “legalizados” nos apresentavam um quadro em que os assentados do Glória eram descritos como criminosos – “gente de

---

6 Os coordenadores da ocupação da Fazenda do Glória residem no local.

fora que tá roubando terreno do governo” –, sujos, mal educados, perigosos – “lá quem manda é o tráfico e a maconha tá liberada”, “tem tiroteio quase todos os dias”. Uma das assistentes sociais que trabalhava num posto de saúde próximo à ocupação, justificava a incapacidade de atendimento aos assentados afirmando que: “lá tem muito caso de transtorno psicológico, não estamos preparados para isto”. Essa experiência de segregação, aliada ao entendimento de que a permanência no imóvel ocupado depende da legitimação da condição de assentado, faz com que os assentados se tornem conscientes da importância de controlar as informações sobre o que ocorre no Glória <sup>7</sup>.

A segunda razão para a continuidade da desconfiança dos moradores para com estranhos e “autoridades” pode ser encontrada na ação dos coordenadores do MSTB. Nas reuniões públicas organizadas pelo movimento, os moradores são constantemente lembrados da importância de construir uma imagem favorável do *bairro* por meio da manutenção da coleta de lixo, do plantio de árvores e, especialmente, pela substituição de barracos de madeirite por casas de alvenaria. Além disso, a já citada vigilância exercida sobre o acesso à ocupação pelos coordenadores acabava servindo como exemplo para os moradores da necessidade de se precaver contra a divulgação de críticas sobre o Glória.

A preocupação partilhada com os destinos da ocupação não impedia que a desconfiança dos moradores também recaísse sobre os coordenadores. Não era incomum encontrar assentados acusando os coordenadores de desvio de verbas recolhidas para a organização do movimento, ou venda de moradias. Há também aqueles que reclamam de favorecimento da distribuição de lotes para quem possui ligações pessoais com os membros do movimento.

O fato é que se o movimento sempre deteve a representação pública da demanda dos moradores pela legalização da ocupação, o escopo da sua ação no cotidiano do assentamento tendeu a diminuir à medida que a ocupação cresceu. Boa parte dos moradores que vieram a ocupar um lote durante os quatro anos de ocupação acompanha à distância as ações dos coordenadores, raramente participando das frequentes manifestações e reuniões organizadas pelo MSTB. Outros, como já vimos, passaram a

---

<sup>7</sup> Em sentido semelhante são apresentados os questionamentos de políticos locais, técnicos da prefeitura e de membros do ministério público federal. Para estes, a demanda dos assentados é ilegítima, pois não se poderia contrariar o direito dos uberlandenses cadastrados em programas habitacionais da prefeitura.

questionar a legitimidade do movimento. Ou seja, o estabelecimento na ocupação não é condição suficiente para se tornar um militante do MSTB.

Como nos relatam alguns moradores, nas primeiras semanas da ocupação a situação era diferente<sup>8</sup>. O MSTB era reconhecido como o único mediador legítimo para se obter um lote. Valendo-se da experiência prévia junto a programas governamentais de habitação e na participação em outras ocupações (rurais e urbanos), os recém-chegados à ocupação se dirigiam ao escritório do movimento já portando os documentos<sup>9</sup> necessários para a sua inscrição. Lá recebiam as primeiras instruções sobre a organização do movimento. Ficavam sabendo, por exemplo, das taxas cobradas para a instalação improvisada de serviços de água e esgoto e para a medição dos lotes por um topógrafo, do papel dos vigias de quadra para a manutenção da segurança, e da necessidade de comparecimento às reuniões – que nas primeiras semanas ocorriam quase que diariamente. Durante essas reuniões, os novos moradores conheciam a situação legal do imóvel ocupado, e as estratégias jurídicas e de mobilização para a obtenção da regularização do assentamento – o que indica que a legitimidade dos coordenadores estava baseada também no controle das negociações. Essa proximidade inicial com os coordenadores se materializava na disposição dos barracos em torno da plenária, onde havia sido instalada uma cozinha comunitária.

Embora nessas primeiras semanas a integração entre moradores e coordenadores parecesse expressar a expectativa destes últimos quanto à necessidade de “lutar juntos”, e de “estar consciente dos seus direitos sociais” – para citar termos empregados pelos coordenadores –, ao fim do primeiro mês a situação no Glória já era outra. As trinta famílias mobilizadas para iniciar a ocupação se viam acompanhadas por um contingente dez vezes maior. O acampamento de barracos em volta da plenária havia sido substituído pela distribuição de barracos em lotes. A chegada contínua desses novos moradores não se dava mais pela mediação dos integrantes do movimento. Diferente do grupo inicial, os recém-chegados não haviam passado por reuniões preparativas de conscientização da luta pela moradia. Muitas das pessoas que chegavam não possuíam

---

<sup>8</sup> As informações sobre o histórico da ocupação foram recolhidas junto a moradores e lideranças do MSTB. Algumas passagens foram completadas por observações de uma ocupação vizinha ao Glória formada em setembro de 2015.

<sup>9</sup> Exigia-se do requerente e de seu cônjuge o Registro Geral (RG), o Cadastro de Pessoa Física (CPF), título de eleitor, certidão de casamento e de nascimento dos dependentes menores, carteira de trabalho, e a certidão de antecedentes criminais.



contatos prévios com outros moradores, dirigindo-se à ocupação depois de saber da sua existência por meio de parentes, amigos, vizinhos, pelo noticiário local ou pelas redes sociais<sup>10</sup>. Alguns destes obtinham o lote por meio de negociações que passavam ao largo da coordenação, ou mesmo invadiam barracos. A reação dos coordenadores quanto a esta situação sinalizava as limitações da sua atuação: “Quando eu fico sabendo [das invasões de lote], tento resolver. Mas tem muita gente que eu não conheço aqui, não posso fazer nada”<sup>11</sup>.

Passado um ano do início da ocupação, os lotes já estavam todos ocupados. A relação dos moradores com os coordenadores se resumia às raras visitas ao escritório da associação de moradores para realizar o cadastro do lote – o que era usado como estratégia, nem sempre eficaz, por alguns moradores para tentar evitar a invasão de seus lotes –, e eventuais pagamentos de taxas utilizadas para organizar mobilizações e para serviços jurídicos – ainda que “pouca gente paga” como nos diria um coordenador.

Ou seja, a integração entre moradores e coordenadores poderia ser definida, a partir daquele momento, como de cunho estritamente administrativo. Os moradores compreendem que o sucesso da luta pela moradia depende de uma boa organização do assentamento, sendo esta uma tarefa da coordenação do MSTB. Nessa perspectiva, espera-se que o movimento controle o acesso aos lotes por meio do cadastro dos assentados – na expectativa de que este seja reconhecido após a legalização – e realize uma triagem para identificar àqueles que “realmente precisam”. Além disso, espera-se que os coordenadores saibam conduzir a negociação pelo imóvel junto às autoridades envolvidas. Obrigações estas que, como já vimos, acabavam se tornando motivos para toda uma série de acusações contra os coordenadores.

Tudo se passa como se para os moradores, à medida que a ocupação se estabelecia, a coordenação do MSTB fosse caracterizada cada vez mais como uma espécie de extensão da administração estatal. E isso não é visto necessariamente como um problema pelos coordenadores. Aliás, a própria estratégia de ocupação do Glória adotada tende a colocá-los nesta posição. As ocupações informais de imóveis na cidade

---

10 Por vezes o contato com a ocupação poderia aparecer como acidental: “Passei pela rodovia e vi o movimento de gente. Vi que era uma invasão, e decidi vir pra cá no outro dia”.

11 Os coordenadores reconhecem também que o avanço favorável das negociações sobre o imóvel, e a manutenção por um longo período da ocupação, ao mesmo tempo em que incentivam a fixação dos moradores, os desmobilizam em relação ao MSTB, como lembra um dos coordenadores: “Eles acham que já tá ganho, e não participam mais de nada”.

escapam a caracterização comum a estes arranjos. Longe da imagem da desorganização urbanística definida pela ocupação “irregular” do espaço, as ocupações buscam se integrar aos parâmetros formais. O traçado das ruas, o tamanho e distribuição dos lotes são definidos por um topógrafo contratado para este fim, não sendo rara a reserva de espaços para equipamentos públicos, como praças, escolas e postos de atendimento de saúde pública. Os movimentos adotam critérios semelhantes ao da secretaria de habitação do município para classificar os assentados, definindo a ordem de prioridade para a distribuição de lotes. Este modelo de ocupação é parte da estratégia dos movimentos de se colocarem na posição de um ator capaz de orientar as políticas públicas de habitação no município. Assim, a reivindicação pela ocupação do espaço deve dialogar com o plano diretor da cidade – ou com o plano local de habitação de interesse social. De forma que a ocupação se estabelece, antes mesmo de sua formalização local, ao tomar a forma de um *bairro*. Trata-se de demonstrar que as ocupações possuem um embasamento e uma viabilidade legal, constituindo-se assim como uma forma legítima de construção de moradias.

Mesmo com o relativo controle que o MSTB mantém sobre a distribuição dos lotes, e de outros bens eventuais – como, por exemplo, a distribuição de cestas básicas e roupas doadas ao movimento por instituições assistenciais – não se estabelece entre coordenadores e moradores uma relação de dívida, capaz de pessoalizar a relação. Não encontramos entre moradores que garantiram seu lote por meio da mediação do MSTB, relatos em que estes descreviam um vínculo moral com os coordenadores. Em regra, estes sequer eram nomeados nas narrativas sobre a trajetória no local. Para os moradores entrevistados, o acesso ao lote, e a sua possível conquista futura, depende exclusivamente dos seus esforços pessoais. Mais precisamente, a legitimidade do ato de ocupar estava na capacidade de suportar o sofrimento da experiência de assentado<sup>12</sup>. Assim, quando questionado sobre o porquê do merecimento do lote, eram comuns relatos como estes:

“Eu trouxe a minha casa nas costas. Nos primeiros dias, todos os meus móveis, geladeira, estavam na chuva. Ficava eu e meu marido embaixo

---

12 No contexto das ocupações de terra pelo MST em Pernambuco nos anos de 1990, Sigaud (2000) havia caracterizado esta forma de justificativa dos assentados valendo-se do conceito de “ética do sofrimento” de Weber.

daquela lona, passando frio. E como tinha cobra. Agente ficava a noite toda escutando o barulho que as cobras faziam.”

“Passei muita dificuldade aqui. Teve uma vez que o vento quase carregou o telhado do meu barraco. Fiquei a noite inteira segurando as telhas. E depois o povo lá fora diz que agente tá pegando lote de graça. Duvido que os que criticam teriam a coragem de passar um dia no Glória, nesta poeira.”

Embora os coordenadores procurem indicar que esse sofrimento comum gera a criação laços de solidariedade ou de uma *comunidade* em torno do movimento – enquanto resultado do processo conscientização pela *luta* –, o que se vê atualmente é a coexistência de diferentes organizações em torno da mobilização dos assentados, compondo pertencimentos múltiplos. Entre estas se destacam as organizações religiosas, em especial, as igrejas evangélicas. Desde o início da ocupação as organizações religiosas desenvolveram ações assistenciais no Glória. As primeiras reuniões do MSTB eram sucedidas por uma missa de um grupo de católicos ligados, por relações de parentesco, a uma antiga militante da CPT. Após as missas, havia a distribuição de sopa entre os assentados. A ação deste grupo de católicos foi seguida pela inserção de grupos evangélicos. Em que pese as suas distinções doutrinárias, a preocupação com a realização de ações de assistência junto aos moradores está presente em todas elas. A ponto das igrejas evangélicas se tornarem uma das condições que explicam a permanência dos moradores na ocupação frente às condições adversas. Os serviços prestados pelas igrejas são os mais diversos: a distribuição de alimentos, roupas e brinquedos, o transporte de doentes e a organização de eventos lúdicos. Ademais, há a satisfação da necessidade dos moradores evangélicos por lugares de culto num espaço em que a locomoção nem sempre é fácil. Tais ações possuem uma amplitude considerável sobre os assentados. É comum encontrar relatos de moradores, mesmo de não evangélicos, que contaram em algum momento com a assistência de uma igreja evangélica.

Para além da importância na circulação de bens assistenciais na ocupação, as igrejas evangélicas também constroem um sentido específico para a pretensão de receber um lote numa ocupação. Para entender como ocorre essa espécie de mobilização

a partir das igrejas evangélicas, e suas relações com o MSTB, passamos a analisar o cenário religioso local.

## Evangélicos

Na ocupação do Glória chama a atenção a presença de muitos lugares de culto que rapidamente foram estabelecidos, sendo a grande maioria evangélicos. Ao realizarmos um mapeamento desses espaços, contamos 17 igrejas em atuação. Ao longo de nossa pesquisa, tivemos notícias do surgimento de novos espaços de cultos, do fechamento de outros, ou ainda da mudança de endereço de alguns. Também localizamos células que não foram somadas. Destes 17 lugares de culto, a maioria é de ministérios da Assembleia de Deus, incluindo de Madureira e de Belém, os dois maiores, ou de igrejas independentes, como a Igreja Pentecostal Jesus Cristo O Nazareno e a Igreja Missão Cruzada da Fé. Em geral, as igrejas funcionam em construções em alvenaria, em diferentes fases de acabamento. Algumas já estão completas, faltando apenas a pintura. Outras com paredes erguidas, aguardando o contrapiso e a colocação de portas e janelas. Algumas funcionam em áreas cobertas sem fechamento de paredes, outras entre paredes que aguardam a colocação do telhado. Em geral, ocupam a maior parte do terreno padrão de 10 por 25 metros. Frequentemente nos fundos há um barraco de madeirite e materiais reaproveitados, ou uma pequena construção em alvenaria, onde mora a família que doou parte do terreno para o espaço de culto. Há casos, porém, em que o terreno é utilizado exclusivamente pela igreja.

No Glória, há também uma capela católica e um espaço de culto afro-brasileiro. A capela ocupa um terreno na área reservada para equipamentos públicos e comunitários. Ali foi erguida uma cobertura, fechada por meia parede, com materiais e mão de obra contratada. Os recursos foram doados por membros de outras paróquias de Uberlândia. As atividades são organizadas por Joana, católica muito dedicada à Igreja e a ações de caridade. Ela é moradora do Santa Mônica, bairro de classe média de Uberlândia, e mãe de Carla, advogada da Pastoral da Terra, junto com quem iniciou as atividades católicas no bairro. Atualmente, acontece uma vez por semana na capela uma celebração com um diácono ou um padre convidado. O público é pequeno e inconstante. E para incentivar os frequentadores, ao final de cada celebração, Joana distribui lanche e presentes.

O espaço de cultos afro-brasileiros do Glória fica de frente para a rua asfaltada que limita a área de ocupação e o bairro São Jorge. No salão, ao fundo do terreno ajardinado onde também mora a mãe de santo Cássia, elementos do candomblé se somam aos da umbanda e da quimbanda, organizados por seções. Construído com muitas doações de pessoas dos frequentadores, o espaço está totalmente acabado e pintado.

Há ainda denominações que não estão presentes no Glória, mas aguardam a legalização da ocupação para então se instalar. É o caso da Deus é Amor, que não permite a realização de cultos em áreas “irregulares”. Alguns moradores da ocupação frequentam a Deus é Amor no bairro São Jorge enquanto a denominação não toma posse do terreno a ela já reservado, também localizado na principal via da ocupação, e temporariamente ocupado por atividades comerciais de um dos membros.

A Igreja Universal do Reino de Deus mantinha, até o mês de maio, um amplo espaço de culto localizado na principal via do Glória, próximo à capela católica. Uma vez por semana, um obreiro do templo sede se deslocava para a ocupação para fazer divulgação de porta em porta e conduzir uma reunião. Aos domingos, a denominação disponibilizava um ônibus para levar moradores do Glória para o templo sede, localizado na região central de Uberlândia. Até onde sabemos, o contrato de uso do espaço se encerrou e não foi renovado. Não há registros de continuidade das atividades da IURD na localidade.

Com exceção do terreiro de candomblé, que atrai pessoas de todas as partes da cidade, os demais espaços de culto são frequentados quase exclusivamente por moradores do Glória. Formam uma audiência significativa para as prédicas e ritos que acontecem diariamente na ocupação. Esses moradores não necessariamente frequentam sempre os mesmos espaços ou mantêm uma regularidade nos cultos. Muitos circulam entre as igrejas, desanimam, retomam a fé enquanto a negociação pela legalização do assentamento caminha a passos lentos, às vezes para frente, às vezes para trás.

Ao buscarmos conhecer um pouco da história de cada espaço de culto do Glória, suas lideranças e seus frequentadores, nos deparamos com pastores e fiéis com trajetórias, visões de mundo e posicionamentos relativamente distintos. No entrelaçamento de histórias de vida, projetos religiosos e leituras cosmológicas evangélicas, encontramos aproximações e também algumas nuances. Caso a caso, percebíamos que o estabelecimento de igrejas no Glória passava por diferentes formas de conceber e conduzir o projeto missionário, bem como por diferentes formas de

perceber o contexto de inserção e atuação dessas igrejas. Trazemos alguns exemplos que nos ajudarão a pensar estas variações no universo pentecostal.

Uma igreja com bastante conhecida no Glória é a Igreja Pentecostal Assembleia dos Santos. Embora poucos saibam do nome que a identifica, muitos citam, fazem referência ou já estiveram na igreja do pastor Roberto. O jovem pregador de 25 anos e sua esposa vieram de Luisiana, Goiás, onde fica a sede da denominação, liderada pelo seu sogro, Sandro. Roberto foi nomeado pastor aos 16 e saiu da cidade com a intenção de “ganhar almas”. Passou por Curitiba e depois chegou a Uberlândia, onde procurou um lugar para abrir uma igreja e atuar em sua missão. Ele conta que foi tocado por Deus e viu no Glória a necessidade de pregação. Então, Roberto, a esposa e conseguiram o terreno na ocupação através de um parente e fizeram a casa onde atualmente mora com a família. Depois trocaram um carro pelo terreno para a igreja, construída com a colaboração dos membros. Os cultos acontecem diariamente. Roberto também é pintor, mas não tem emprego fixo. Dedicar boa parte do seu tempo às atividades religiosas e também à construção do templo.

Para Roberto, que identifica sua denominação com a Deus é Amor, o demônio está agindo na vida de muitas pessoas no Glória. Há muitos problemas de violência doméstica, alcoolismo, consumo e tráfico de drogas. Por isso, há muito trabalho de libertação para ser feito e a batalha espiritual é intensa. Neste contexto, Roberto retoma, destaca e reforça os tipos sociais marginais. Sua expectativa, ao escolher o Glória para instalar uma igreja, era realmente de encontrá-los e promover uma conversão. Tal perspectiva faz com o pastor seja alguém que compartilhe e legitime determinados estereótipos sobre o perfil dos moradores da ocupação. O universo que pretende ser combatido é nomeado, enfatizado e moralizado a partir de uma imbricação entre cosmologia pentecostal e reificações próprias de uma poética social, para usar um termo de Herzfeld (2005).

Além da conversão, Roberto tem a preocupação de formar obreiros e consagrar novos pastores que possam realizar pregações em novos lugares de culto na cidade. Atualmente, a denominação promove atividades no Dom Almir, onde pretende-se construir um salão e estabelecer uma nova igreja Assembleia de Todos os Santos.

Outro pastor com quem conversamos foi José. Também muito jovem, José e sua esposa – nascidos em Pirapora (norte de Minas Gerais) – estavam morando em Belo Horizonte, passando dificuldades, quando receberam um telefonema de Uberlândia. Era o irmão dela avisando que tinha conseguido um terreno para o casal no Glória. Pediram

dinheiro emprestado para a passagem e se mudaram imediatamente para Uberlândia com a filha para não perder a oportunidade. Em poucos dias, conseguiram trabalho na cidade. Ele como pedreiro, ela como salgadeira.

Naquele momento, a situação no Glória era instável e pairava a ameaça de desintegração de posse. Então, José foi orar em um monte próximo ao Glória e teve uma visão. Deus lhe dizia: “A terra é essa”. Depois, veio uma confirmação através de uma passagem bíblica. Não teve dúvidas. Foi então que começou um trabalho com um grupo de orações. Inicialmente moravam em um barraco e realizavam encontros ali mesmo. Construíram uma casa de alvenaria, mas logo o espaço ficou pequeno para as reuniões. Uma frequentadora ofereceu sua casa, que era maior, e ali ficaram por sete meses. Até que outra senhora que participava dos encontros foi embora de Uberlândia e cedeu o terreno para a construção da igreja. Foi assim que em dois anos surgiu a Igreja Pentecostal Jesus Cristo O Nazareno.

José e sua esposa têm muitos planos. Gostariam de promover palestras na igreja para incentivar os jovens a estudar. Estão ensaiando hinos com as irmãs da igreja tendo em vista a possibilidade de gravar um CD. Querem regularizar a denominação e depois criar uma organização não-governamental para ajudar na reinserção social de ex-presidiários. José tem um programa de rádio semanal e visualiza um dia chegar à televisão para pregar. Seus projetos de expansão são ambiciosos, alimentados por visões divinas. Sua fala preenchida de entusiasmo e otimismo.

Atentos a criar um bom relacionamento com a vizinhança no Glória, o casal sinaliza respeito a casais homoafetivos e a frequentadores de religiões afro-brasileiras. Percebe-se uma preocupação em estabelecer uma rede de relações dentro e fora do bairro, que permita aproximações, parcerias, e expansão de um projeto social. Ao mesmo tempo, diferenciam-se por uma postura diplomática em relação aos tipos morais dissonantes à moralidade evangélica conservadora, ainda que não se trate de uma igreja inclusiva.

Roberto e Antonio, ambos pentecostais, diferem em suas trajetórias pessoais, na forma como chegaram ao bairro e na maneira de lidar com o contexto local. Também diferenciam-se pelo modo como pensam a sua atuação como lideranças pentecostais e como projetam a expansão de suas igrejas. Mas unem-se em orações, cada um em sua igreja, seja no culto diário, ou em horários combinados entre todas as igrejas do bairro, pela regularização do Glória.

É nesse contexto que pudemos perceber entre os evangélicos uma recorrente forma de lidar com a instabilidade da situação de ocupação irregular de terras e a eminência de um despejo. A oração torna-se uma ferramenta ritual importante na luta. Nesse sentido, atribuirão, em última instância, ao plano divino e a seus esforços religiosos, as conquistas realizadas até o momento.

Pastor Marcelo, da Assembleia de Deus Missão dos Povos, por exemplo, mencionou em nossa conversa: “convidamos os irmãos da Igreja para orar pelo juiz responsável pelo julgamento do caso do Glória, pelo reitor da UFU”. E concluiu: “Acho que ainda não saímos até hoje por causa das orações. Nossa força está na nossa oração. Em vez de confiar em político, vamos confiar em Deus. Porque em político não dá para confiar”.

É preciso considerar que muitos pastores e fiéis evangélicos não participam das reuniões promovidas pelo MSTB na plenária. Alguns por não querer se envolver com o Movimento, levantando questionamentos sobre as práticas estabelecidas para organização do Glória, que envolve pagamento de taxas para advogados, custeamento de despesas de viagem de lideranças em eventos políticos. Outros simplesmente não participam pela prioridade que dão aos cultos, dado que na percepção cosmológica evangélica, compartilhada por boa parte dos nossos interlocutores, o destino da ocupação, em última instância, está nas mãos de Deus. Isto implica, inclusive, em uma forma resignada de lidar com a possibilidade de insucesso da ocupação. Ouvimos muitas vezes falas do tipo: “se não for da vontade de Deus, nós saímos daqui e Deus vai nos dar outro lugar para morar”. Ou: “temos de confiar em Deus, porque Deus nunca erra e nunca perde o controle da situação”.

Contudo, esta postura não implica no distanciamento definitivo da participação nas atividades políticas propriamente ditas. Muitos contaram ter participado de algumas plenárias no assentamento e das manifestações que ocorrem com relativa frequência em frente ao prédio da reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, como é o caso de José e sua esposa.

## O movimento e os evangélicos

Como tratamos acima, as lideranças evangélicas, de maneira geral, mantém um certo distanciamento em relação ao MSTB, seja por conta da intensidade da rotina religiosa e pela prioridade dada a ela, seja pelo questionamento das ações das lideranças



do Movimento. Contudo, é interessante notar que as lideranças do Movimento também são evangélicas e católicas. Atualmente, há uma equipe de coordenação composta por três pessoas. Norma é quem se coloca como porta-voz do movimento. Nilda atua na secretaria da Associação. Ambas têm como fonte de renda uma pensão. João, comerciante local, é quem está menos presente e atua de maneira mais discreta.

Norma é evangélica. Frequenta a igreja Shalom do bairro São Jorge. Diz que prefere igrejas grandes, com muita gente, onde ela pode ir sem ser reconhecida e sem ser convidada para falar em público. Naquele momento, prefere o anonimato. Ainda assim, Norma de vez em quando vai a igrejas evangélicas do Glória também.

Nilda é católica, mas seu companheiro frequentava as reuniões da Igreja Universal e, por vezes, ela o acompanhava nos cultos. De João não conseguimos saber sua filiação religiosa.

Antes deste grupo assumir a coordenação, dois homens e uma mulher estavam a frente do Movimento. Tivemos contato com os dois deles. Manoela frequenta uma das igrejas independentes do Glória. Pedro é evangélico da Igreja Deus é Amor e não considera a atual liderança como evangélica. Insatisfeito, ele tece muitas críticas à coordenação e levanta suspeitas em relação ao grupo.

Para além das lideranças locais, é preciso destacar a participação de frei Getúlio, da Pastoral da Terra, como um dos principais apoiadores da ocupação. Frei Getúlio é sempre visto nas assembleias que ocorrem no Glória. Sua identidade religiosa não parece gerar nenhum constrangimento ou suspeita entre os moradores do Glória, em sua maioria evangélicos. Muito pelo contrário. Ao longo da pesquisa, nunca ouvimos qualquer acusação ou comentário que questionasse a sua legitimidade. Com fala firme e discurso bem articulado, o frei não deixa de citar passagens bíblicas em seus discursos e não se intimida em convocar a audiência evangélica para rezar um Pai Nosso – sendo sua proposta prontamente acolhida pelos moradores.

No caso de Norma, fica clara a continuidade entre seu modo de falar e conduzir as reuniões nas plenárias e a linguagem e estilo de culto evangélico. É interessante observar como Norma frequentemente usa expressões próprias do vocabulário evangélico junto com expressões do campo político. Por exemplo, em uma assembleia na plenária, ela dizia: “companheirada, os inimigos estão querendo derrubar os movimentos sociais, mas não vão conseguir. Esta batalha contra o inimigo nós vamos ganhar”, referindo-se ao governo Temer. As palavras inimigos e batalha aparecem com frequência nas falas de Norma e também de outros políticos que atuam junto ao

Movimento no Glória, como próprio prefeito de Uberlândia, Gilmar Machado, do Partido dos Trabalhadores, que é evangélico e apoia a causa do Glória. Com isso, estas lideranças tendem a criar imediatamente uma interação familiar a uma audiência predominantemente evangélica.

Assim, consideramos que o lugar de liderança de Norma – ainda que questionado por outras lideranças evangélicas – não lhe é atribuído apenas pelo fato de ela ser a porta-voz de um grupo de coordenação no Glória. Além de sua relativa desenvoltura e disponibilidade para interações pessoais, Norma é aquela que, dentre os três coordenadores, mais compartilha de uma linguagem e um universo cosmológico comum à maior parte dos moradores do Glória, o universo evangélico.

Nesse contexto, é comum que Norma convide um pastor para fazer a oração no início de uma assembleia. Norma não poderia fazê-lo, pois não tem a autoridade religiosa para tanto. Mas abre espaço para que, no contexto do movimento, as lideranças evangélicas exerçam sua autoridade, seguindo o ritual das plenárias. Se inicialmente este espaço era ocupado preferencialmente por lideranças católicas da Pastoral da Terra, atuantes no MSTB, como o frei Getúlio, agora pastores evangélicos são convidados a participar das assembleias enquanto lideranças religiosas. Isto significa que permanece uma imbricação entre religião e política, porém há uma reconfiguração dos lugares da autoridade religiosa nas plenárias, bem como da presença da participação de evangélicos.

É interessante observar que, mais do que o vocabulário e as orações, independentemente da mediação das lideranças, nas assembleias, são acionados espontaneamente recursos rituais evangélicos. Certa vez, o microfone começou a falhar. Interromperam a assembleia que mal tinha iniciado para consertá-lo. Foram muitas tentativas e o microfone continuava falhando. A inquietação aumentava na audiência, pois a reunião já havia começado atrasada. Até que alguém falou firmemente ao microfone: “Glória Deus, aleluia! Glória, Deus!”. Seguiu uma breve pausa. E o resultado foi anunciado com convicção: “Agora vai.” E foi. O microfone funcionou perfeitamente a partir de então. Neste caso, entende-se que o uso performático da palavra é capaz de produzir ação (Austin, 1990), especialmente no caso evangélico quanto se fala determinadas expressões como uma invocação de poder (Mafra, 2002). Acionava-se tal recurso com o objetivo de, naquele contexto, produzir solução para problemas práticos e pontuais, que poderiam impedir a realização da assembleia. E sua eficácia ficaria imediatamente comprovada.

Assim como observamos continuidades nos modos de produção de discursos, nas formas de condução de uma reunião e no uso de recursos rituais evangélicos nas assembleias, consideramos a possibilidade de pensarmos em outros tipos de mediações oferecidas pelo pentecostalismo. Pedro, já apresentado anteriormente, nos ofereceu relatos que explicitam sua condição dupla de mediador político e religioso. Embora muitos pensem que ele é pastor, Pedro explica que não é. Mas tem muitas histórias para contar de experiências de livramento, que confirmariam seu lugar de ungido. Pedro esteve a frente de diversas ocupações e muitas vezes enfrentou ameaças e situações de risco de morte. Como indica Mafra (2009), é justamente esta condição que possibilita que um mediador evangélico circule por diferentes espaços. “Apenas crentes com 'maior intimidade com o Espírito Santo' e com 'um longo caminho de santificação' podem circular amplamente pois só eles estão razoavelmente qualificados e protegidos para ir e vir em áreas mais poluídas e perigosas” (Mafra, 2009, p.85).

Diferentemente de Norma, que não alcançou este lugar de santificação e maior intimidade com o Espírito Santo, Pedro reivindica uma autoridade dada pelo religioso, que lhe garantia possibilidades de combate em um contexto de tensão e perigo. Ao relembrar de tais diferentes episódios, Pedro tem certeza que, depois de muitos livramentos, ao invés de se envolver com o Movimento, precisa se dedicar mais à igreja. E aguarda a legalização do Glória para que ali possa se estabelecer uma Deus é Amor. A expectativa dele é de que, com a regularização da ocupação, haja uma renovação das atividades desempenhadas no Glória e o bairro se transforme moralmente. Nesse sentido, a regularização significaria uma vitória religiosa: indicaria tanto o sucesso das orações, quanto de um projeto de construção de uma região moral evangélica.

Norma, por sua vez, encaminha a sua candidatura para as próximas eleições como vereadora. Para ela e para o MSTB, a regularização do Glória, mais do que resultado de orações, significaria uma experiência bem-sucedida de liderança, a vitória de uma luta politicamente organizada e o avanço de um projeto de reforma urbana.

### Considerações finais

As relações estabelecidas entre evangélicos e o movimento nos parece criar um diálogo por meio de homônimos. Termos religiosos e militantes aparecem imbricados

no cotidiano, construindo sentidos diversos para ações em comum. Se o meio urbano gera continuamente regiões morais distintas, e não é diferente no microcosmo do Glória, o que percebemos nas nossas observações preliminares é um contínuo entrelaçamento de moralidades distintas, ou mesmo contraditórias, que se resolvem numa unicidade. De modo que a construção do Glória é defendida, por possibilitar uma conquista dos oprimidos e, simultaneamente ou não, uma glória alcançada por meio de orações. Mais do que visões distintas de um mesmo objetivo, estes registros parecem se aliar – por vezes, de maneira necessária -, deixando implícita, ou latente, as suas contradições.

Neste sentido, se para parte dos coordenadores a regularização da ocupação é uma conquista política importante para o movimento “dos trabalhadores urbanos”, havendo a expectativa de que os contemplados no Glória passem a auxiliar lutas em outras ocupações, para os evangélicos, a conquista do bairro é uma etapa da construção de um modo de vida religioso. Num primeiro momento, nos parece que as possíveis tensões entre estas perspectivas não são vividas, porque não encontram espaço para sua expressão. Afinal, quando os moradores se reuniam, por exemplo, na frente da reitoria da UFU para pressionar o reitor, qualquer fala “a favor” da regularização da ocupação era aplaudida entusiasticamente viesse ela de um vereador, de um pastor, do frei ou dos representantes estudantis. O que nos leva a outra questão: até que ponto o discurso militante é filtrado pelos evangélicos, a ponto dos temas não correspondentes a sua moralidade serem relevados?

Tudo se passa como se na ocupação o MSTB e as igrejas evangélicas se aproximassem, se distanciassem e se entrelançassem continuamente. Por vezes, as orações pela conquista do imóvel são realizadas como preparativo para as manifestações do movimento. Mas até que ponto os evangélicos participam desses atos públicos, quando, por exemplo, barricadas fecham uma rodovia? E quando as reuniões na plenária são antecedidas por um show de forró, até que ponto esta forma de mobilização é válida para os evangélicos? Ainda assim, quando as condições na ocupação se tornam extremas, dado, por exemplo, a aproximação do prazo final de uma decisão judicial de despejo, e os evangélicos permanecem no local porque “confiam em Deus”, enquanto outros desistem da ocupação, não estariam auxiliando na manutenção da mobilização do movimento?

Também ainda é um desafio entender como são estabelecidas as fronteiras e a mediação entre o espaço religioso e a militância política, especialmente para àqueles que transitam entre estas duas dimensões. A construção da liderança no movimento

ocorre, como vimos, pelo compartilhamento da cosmologia evangélica. Mas, ao mesmo tempo, esta última não converge com a moralidade própria da luta, especialmente no que a necessidade de transitar em áreas perigosas para o ponto de vista evangélico.

Gostaríamos de encerrar trazendo mais um relato de campo que sintetiza muito bem os eventos que animam nossas preocupações atuais. Em uma assembleia recente, quando foi anunciada a publicação em Diário Oficial de decreto que estabelece uma das condições de regularização do Glória, o clima era de comemoração e também de medo. Comemoração pela publicação do decreto e medo de que essa conquista fosse anulada pelo governo Temer. Em meio à assembleia, Norma frisava que era importante estar na luta junto com o movimento e também orar na igreja. Então, relatou que um dia estava na igreja orando e sua filha observou que ela orava apenas com a mão esquerda para o alto. Disse à mãe que ela deveria levantar as duas mãos para orar. E Norma justificou que está tão acostumada a levantar a mão esquerda para lutar que não conseguia levantar a mão direita nem para orar. O relato de Norma gerou um momento de descontração entre os moradores presentes na assembleia. Ao final da reunião, Norma retomou a passagem e deixou o seu recado: “quero ver todo mundo orando nas suas igrejas com a mão esquerda pro alto!”.

#### Referências bibliográficas

ALEM, João Marcos. Representações coletivas e histórias em Uberlândia. *Revista História e Perspectiva*. V.2, n. 04, 1991.

AUSTIN, John L. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GOULART, Débora Cristina. O anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST. 275f. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

HERZFELD, Michael. "Intimidade cultural: poética social no Estado-Nação." Lisboa: Edições 70 (2008).

MAFRA, Clara. Na posse da palavra: religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

MAFRA, Clara. "Distância territorial, desgaste cultural e conversão pentecostal."  
MAFRA, C.; ALMEIDA, R. Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Terceiro Nome, Fapesp (2009): 69-89.

NOVAES, Regina Reyes. Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1985.

SIGAUD, Lygia. "A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana".  
*Novos Estudos CEBRAP*, 58:73-92, 2000.